

ENTRE O ESCRITO E O VIVIDO: O LUGAR QUE OCUPA A ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE FORTALEZA NAS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS NA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO NOS ANOS DE 1990 A 2000

JUDENILDES GUEDES BATISTA

Introdução

Há no discurso oficial o argumento de que a escola é o ponto de partida das políticas educacionais elaboradas/implementadas. As pesquisas que realizei nos anos de 1990 e 2000 em Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza constataram que, apesar do discurso de participação, as escolas e seus profissionais têm sua participação restrita a estratégias elementares que pouco têm colaborado para a construção/implementação de tais propostas. Tal fato tem contribuir para que os educadores não se reconheçam nas “apostas” apresentadas e para que estas não consigam “encostar na realidade”, apesar da boa vontade dos que estão na escola.

Faz-se necessário, nesse processo, que os técnicos da equipe central criem estratégias que possibilitem a participação das escolas na constituição/implementação de tais políticas, porque senão estamos correndo o risco de estarmos propondo ações que “não saem do papel”, porque não são consequência de um processo de discussão, estudo e de formação contínua sério, criterioso e participativo.

O tempo para construir um novo caminhar está posto, cabe a cada um de nós, escola e instâncias superiores, vontade política, competência técnica, humana, política e ética e “os pés no chão e os olhos no mundo” para juntos construirmos essa estrada que, parafraseando Paulo Freire, não está pronta, acabada, mas deve ser construída cotidianamente, pois “em educação não há estrada asfaltada. O caminho se faz ao caminhar”, respeitando a diversidade, a singularidade e os saberes dos sujeitos que estão envolvidos nessa construção, sendo o diálogo “uma exigência existencial”.

O Lugar da Escola Pública Municipal e seus Profissionais nas Mudanças Implementadas na Sistemática de Avaliação dos Anos de 1990 a 2000

É lugar-comum na literatura educacional e no discurso dos governantes a preocupação com a avaliação da aprendizagem escolar, estando presente nos argumentos de ambos o compromisso com a concepção de avaliação “diagnóstica”, “mediadora”, “crítico-dialética” etc. Mas, infelizmente, não temos visto a prática de tais concepções no cotidiano escolar, salvo algumas exceções, pois boa parte das escolas brasileiras ainda pratica “a pedagogia do exame”.

Para minimizar esse quadro de descompasso entre o discurso oficial e o que se vivencia na escola, faz-se necessário à existência de uma política de formação inicial e continuada dos docentes, especialistas e gestores que atuam nas escolas e universidades que lhes possibilite “a compreensão e a tomada de consciência sobre concepções formativas e mediadoras em avaliação” (HOFFMANN, 2002, p.19), assim como o reconhecimento da avaliação como um processo que está a serviço da aprendizagem do aluno, da melhoria da ação pedagógica, que visa o desenvolvimento moral e intelectual dos alunos, e da assunção do professor ao papel de investigador, esclarecedor, organizador de experiências significativas de aprendizagem (HOFFMANN, 2002).

Faz-se necessário, também, uma mudança na condução das reformas, em nível de governo federal, estadual e municipal, pois estas criam um hiato entre “os que decidem, os que pensam e os que fazem a educação – e com base nessa divisão, [esperam] que a inovação educativa ocorra a partir dos que decidem e pensam” (ARROYO, 1999, p.145).

Perrenoud confirma a tese de Arroyo, quando argumenta que

[...] é preciso romper com a idéia simplista de que uns inventam e outros aplicam [...], [sendo] preciso atingir as práticas, a relação pedagógica, o contrato didático, as culturas profissionais, a colaboração entre professores [...], [pois] o fracasso parcial de quase todas as reformas escolares [...] [diz respeito ao fato de que] a

mudança quase sempre foi pensada para um corpo de professores que ainda não existia, pelo menos em larga escala, no momento decisivo. (1999, p. 9-12).

Ao longo dos 20 anos de trabalho junto à Rede de Ensino Público Municipal de Fortaleza, na condição de diretora geral e adjunta, professora da educação infantil e do ensino fundamental I, supervisora escolar e técnica da Unidade de Supervisão Escolar (USE) do Departamento de Desenvolvimento Curricular (DDC) da extinta Secretaria de Educação e Cultura do Município (SEDUC) tem me inquietado a maneira como as reformas são construídas/ implementadas – “onde uns pensam e outros executam”, a distância entre o discurso oficial e a prática efetivada na escola e nas instâncias superiores, a qualidade, gestão e periodicidade da formação inicial e continuada dos professores, especialistas e gestores das escolas e técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (SEDAS) e das Secretarias Executivas Regionais (SER), a falta de autonomia da escola para decidir sobre os rumos do seu caminho pedagógico, político e técnico, a condução e qualidade do trabalho pedagógico realizado nas escolas, a descontinuidade das ações desenvolvidas etc.

A forma como foi construída e conduzida à mudança na sistemática de avaliação em 1996, onde os professores e especialistas das escolas foram alijados do processo, ficando sua participação restrita à pesquisa de opinião sobre a sistemática de avaliação em uso, à participação em seminário para repensar a avaliação e a palestras organizadas pelo Conselho de Educação do Ceará (CEC) inquietou-me a ponto de me conduzir a realizar uma pesquisa, junto a uma escola da rede pública municipal de Fortaleza, com o intuito de analisar a relação existente entre o modelo de avaliação oficial da Coordenadoria de Educação do Município e a praticada no cotidiano da escola investigada¹.

A investigação constatou que apesar dos professores repetirem alguns aspectos do discurso oficial, sua prática avaliativa continuava com o educando sendo avaliado para que fosse constatada a retenção ou não do conteúdo trans-

¹ O Modelo da Proposta de Avaliação da Coordenadoria de Educação do Município e sua prática na escola: o que de fato funciona.

mitido, assim como através do comportamento manifesto por eles na escola e na sala de aula, sendo a prática avaliativa

[...] atravessada por questões disciplinares, de controle dos alunos, de castigo de condutas sociais que estes apresentam dentro e fora das salas de aulas. (LUCKESI, 1995, p. 73).

Em 2004, após quase 8 (oito) anos da terceira mudança na sistemática de avaliação, e de uma tentativa frustrada em 2000, investiguei a repercussão da sistemática de avaliação de 2002 da SEDAS entre professores, gestores, especialistas e técnicos do sistema municipal de ensino que participaram do processo de construção/implementação da sistemática de avaliação em vigor através do envio de sugestões as equipes de ensino básico de cada SER e da SEDAS, caso dos técnicos das SER². Tendo em vista o discurso oficial da necessidade da participação das escolas na construção e implementação da proposta em questão, bem como ao aceno de ações, no ano de 2003, que desse

[...] suporte teórico – metodológico às diversas instâncias e segmentos da Rede Municipal de Ensino, [com o intuito de buscar] coerência entre a prática e os princípios que fundamentam a sistemática de avaliação em processo de implementação. (SEDAS, 2002).

Apesar do discurso de participação por parte dos técnicos da equipe central os profissionais que participaram da investigação não se reconhecem na “aposta”³ (KRAMER, 1999, p.176) apresentada, bem como não aderiram, caso da escolas, efetivamente a sistemática de avaliação, apesar da boa intenção, pois carecem de compreensão e conhecimento acerca das concepções, finalidades e princípios da avaliação mediadora. Falta-lhes, ainda, acompanhamento/assessoramento/formação competente e sistemática por parte

² A pesquisa, em questão, foi realizada por ocasião de minha participação no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da professora doutora Ercília Maria Braga de Olinda.

³ Os educadores que atuam nas escolas e 90% dos técnicos das SER entrevistados não se reconheciam na “aposta” apresentada pelos técnicos da SEDAS.

dos técnicos da SEDAS e SER; competência teórico-metodológica de como operacionalizar a sistemática de avaliação nas escolas; dificuldade de definir as habilidades, competências, atitudes, conhecimentos e critérios de avaliação em cada componente curricular, bem como desenvolvê-las nos alunos; desconhecimento da indissociabilidade dos três aspectos do desenvolvimento do aluno, do seu significado e de como trabalhar no sentido de desenvolvê-los; condições objetivas de trabalho nas escolas para trabalhar na perspectiva de avaliação diagnóstica e mediadora⁴ e as incoerências da sistemática em vigor que propõe uma avaliação mediadora articulada a uma prática de mensuração do desempenho do aluno por meio da nota, agora denominada ponto.

Compreendo que há um longo caminho a ser percorrido entre a avaliação que se deseja e a que se pratica de fato na escola. Fazem-se necessários, nessa caminhada, o diálogo, o estudo, a reflexão, a troca de experiências entre os professores e especialistas, outras escolas e técnicos das instâncias centrais; o respeito ao pensar e fazer dos professores; condições adequadas de trabalho, bem como o resgate do espaço/tempo institucional – as sessões de estudo, para que eles possam estudar/discutir/refletir sobre as questões que lhes inquietam.

Essa postura de refletir, estudar, discutir e construir coletivamente exige uma “história de longo tempo, com continuidade de processos” (Lindalva Pereira Carmo), o que demanda um projeto de educação da SEDAS, SER e escolas, bem como a constituição de um caminhar pautado na certeza de que não existe apenas um caminho, mas vários. E a escolha do caminho a ser trilhado deve ser feita, considerando a diversidade de interesses, necessidades e peculiaridades de cada sujeito e da realidade na qual ele está inserido. Por isso, a dificuldade de se ter “aposta” única (KRAMER, 1999 in MOREIRA, p. 176).

⁴ As condições de trabalho em que se encontram as escolas com salas de aulas lotadas; falta de tempo/espaço institucional onde os docentes estudem, planejem, partilhem idéias, experiências, desafios e acertos com seus pares e especialistas; falta de material didático-pedagógico, falta de um trabalho de acompanhamento sistemático do trabalho do professor e formação em serviço, dentre outros aspectos.

A nova administração da Prefeitura Municipal "Por amor a Fortaleza" acenou, no início da gestão, para a possibilidade da adoção de um caminhar pautado no diálogo, na discussão, nas necessidades e interesses da comunidade, "na participação popular e democratização dos processos de gestão da cidade". Inclusive está previsto, no Projeto de educação por "Uma educação com os pés no chão e os olhos no mundo", uma série de ações que visam criar espaços de participação da comunidade escolar e setores organizados da sociedade na constituição de "uma escola pública, gratuita, de qualidade social," que assegure aos alunos a "efetiva apropriação dos conhecimentos socialmente acumulados" e aos docentes a valorização social e econômica, com a criação de programas de convênios com universidades públicas, visando promover a continuidade de sua formação por intermédio de cursos de graduação e pós-graduação; rediscutir e implantar o Plano de Cargos e Carreiras e o Estatuto do Magistério, garantindo o piso salarial e a regulação da ascensão funcional; subsidiar/ estimular o acesso dos professores aos equipamentos de arte e cultura da cidade; investir na publicação e distribuição gratuita e periódica de jornais, revistas, artigos científicos e experiências exitosas e estudos de casos para os professores; reestruturar os conselhos escolares e revitalizar os organismos escolares de participação, tais como grêmios estudantis, associação de pais, mães e mestres; realizar encontros regionais periódicos de educação; criar programas de apoio pedagógico, visando à superação dos altos índices de evasão e repetência; redefinir os papéis dos "distritos de educação"; ampliar o acervo das bibliotecas escolares e instituir espaços, quando for necessário, para a leitura e mais bibliotecas etc.

Espero/desejo que a Administração Popular trabalhe na perspectiva de "desenvolver coletivamente as ações planejadas conjuntamente pelas escolas, SEDAS e SER", bem como recupere a centralidade do processo pedagógico. Mas para que isso se efetive, no entanto, faz-se necessário que os técnicos da SEDAS incorporem o caminhar/construir coletivamente a sua vivência, pois senão correremos o risco de estarmos sempre propondo ações que não poderão ser efetivadas porque foram pensadas pelos "iluminados" que por

não conhecerem a realidade da escola, desconsideram seus saberes, interesses, necessidades e experiências exitosas.

Nesse novo tempo, faz-se necessária, também, a criação de condições objetivas de trabalho que favoreçam a participação efetiva dos profissionais da escola na elaboração/instalação de tais propostas; a formação em serviço sistemática e de qualidade para trabalhar na perspectiva desejada; material didático-pedagógico e recursos/equipamentos para subsidiar o trabalho em sala de aula; espaço/tempo para estudar, discutir, trocar experiências com seus pares e especialistas e realizar o planejamento pedagógico; estrutura física da escola e salas de aula adequadas ao trabalho a ser desenvolvido; número de alunos em sala de aula dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.394/96.

Nesse contexto, é imprescindível que a SEDAS e as SER, trabalhem no sentido de reaver o real papel do supervisor e do orientador educacional na escola: subsidiar o professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico realizado na sala de aula e na escola, com a criação de espaços onde o professor possa ter acesso a outras formas de perceber, interpretar e agir sobre a realidade, de modo a contribuir para o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos. Essa formação só será possível mediante a realização de seções de estudo, do planejamento pedagógico, dos grupos de discussão, da troca de experiências entre professores e especialistas, das condições favoráveis de trabalho, da valorização social e econômica dos profissionais que atuam na educação, dentre outros.

Como argumenta uma supervisora educacional, "o supervisor é aquele que teoricamente tem mais tempo do que o professor para estudar, pesquisar e trazer para dentro da escola pensamentos novos," reflexões que contribuam para que o professor possa refletir, redimensionar, e/ou potencializar sua prática educativa.

Tenho ciência da força da vontade política para pensar, elaborar e desenvolver projetos que desejam implementar. Por isso desejo à nova Administração da Prefeitura de Fortaleza, na pessoa da professora Luizianne Lins, e, conseqüentemente dos que constituem a Secretaria de Educação e Assistência Social, competência técnica, política, humana e ética, abertura ao diálogo e "os pés no chão e os

olhos no mundo”, para que, juntos, possamos fazer um caminhar pautado no compromisso com a causa popular, o patrimônio público, a aprendizagem de todos os alunos, sem exceção, a valorização social e econômica dos profissionais da educação e sua efetiva participação na elaboração/instalação das políticas educacionais, assim como da comunidade em geral, no destino da escola deste município e, conseqüentemente, deste enorme país.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antonio Flávio (Org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção Magistério; Formação e Trabalho Pedagógico).

BATISTA, Judenildes Guedes. *Entre o dito e o feito: a repercussão da sistemática de avaliação de 2002 da SEDAS entre professores, gestores, especialistas e técnicos*. Dissertação (Mestrado), Fortaleza, UFC, 2005. 120p. (Mimeo).

_____. *O modelo da proposta de avaliação da coordenadoria de educação no município de Fortaleza e sua prática na escola: o que de fato funciona*. (Monografia), Fortaleza, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, 1998.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. In: MOREIRA, A. Flávio (Org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção Magistério; Formação e Trabalho Pedagógico).

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (SEDAS). Coordenadoria de Políticas Públicas de Educação (COEDUC). *Da Sistemática de avaliação do processo ensino/aprendizagem*. Fortaleza, 2002.

_____. Secretaria de Educação e Assistência Social (SEDAS). Coordenadoria de Políticas Públicas de Educação (COEDUC). *Ofício nº 1339/2003*. Fortaleza, 07 de novembro de 2003. (Mimeo).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDAS).
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO. Proposta política de governo.
In: Encontro pedagógico 2005: caderno de trabalho. Fortaleza, 2005. (Mimeo).

PERRENOUD, Philippe. Profissionalização do professor e desenvolvimento de ciclos de aprendizagem. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, nove.1999, p. 7-27.